Acervo ISA

CÉDI - P. I. B.
DATA 17/12/92
COD. WTD 00095

Versão modificada 19/10/92 Stephen

O TERRITÓRIO DOS WAIMIRI-ATROARI E O INDIGENISMO EMPRESARIAL

Stephen G. Baines
Universidade de Brasília

Os Waimiri-Atroari, grupo indígena da família lingüística Carib, que se autodenominam ki?in´ja (gente) [1], habitam uma região de floresta tropical no norte do Amazonas e sul de Roraima, nas bacias dos rios Alalaú, Camanaú, Curiuaú e o Igarapé Santo Antônio do Abonari. Após uma longa história de invasões violentas [2] do seu território, estreitamente relacionadas às flutuações dos preços no mercado internacional de produtos florestais como castanha-do-pará, balata, peles de ariranha e jacaré e madeira, a população dos Waimiri-Atroari foi reduzida a um ponto baixo de aproximadamente 332 pessoas em 1982 (Baines, 1991a:78) [3]. A partir de 1983, a população vem-se recuperando rapidamente, sobretudo no período de 1983-87 [4] e, em 1991, estava cerca de 500 indivíduos. Com pequenas variações de dialeto entre grupos locais, os Waimiri-Atroari falam a mesma língua.

Até a metade deste século eram esporádicas as invasões por regionais, tanto as espontâneas como as dirigidas pelo governo local, e a ocupação permanente do território indígena restringiu-se ao vale do rio Jauaperi. A partir do final da década de 1960, o Governo Federal iniciou uma ocupação maciça do território Waimiri-Atroari através de grandes projetos de desenvolvimento regional.

Nos anos 1972-1977 esse território foi cortado com a construção da estrada BR-174 que liga Manaus a Boa Vista, seguida pela implantação da mina de estanho de Pitinga do Grupo Paranapa-

---

[1] Neste trabalho uso a transcrição que os Waimiri-Atroari estão usando, atualmente, sob a orientação do Programa Waimiri-Atroari (FUNAI/ELETRONORTE), com pequenas modificações.

[2] A longa história de massacres é documentada a partir de meados do século passado (Barbosa Rodrigues, 1885; Payer, 1906; Hübner & Koch-Grünberg, 1907; Bandeira, 1926; nos Relatórios da Província do Amazonas, e nos relatórios do S.P.I. e da FUNAI).

[3] Estimativas da população Waimiri-Atroari no passado variam muito. Seu território era muito mais extenso, abrangendo as bacias dos rios Jauaperi e Uatumã, em que desembocam, respectivamente, o rio Alalaú e o Igarapé Santo Antônio do Abonari. Na segunda metade do século passado, Barbosa Rodrigues (1885:149; 241) estimou a população indígena do vale do rio Jauaperi, atualmente despovoado de índios, em 2.000 pessoas.

[4] Nos anos 1987-91, a taxa de crescimento populacional de 20,2% revela uma queda, se comparada à de 26,5% no período de 1983-87 (Silva, 1990).

Acervo ISA

nema [5], a construção da hidrelétrica de Balbina pela Eletronorte [6], e colonização através de projetos pecuários nos limites da área. Para abrir a BR-174, foi organizada uma operação de "pacificação" e relocação dos Waimiri-Atroari pela FUNAI cujas estruturas dominam a vida desses índios até hoje [7].

Depois de a população Waimiri-Atroari ter sido aglomerada em três grandes aldeamentos [8] no final da década de 1970 e início da de 1980, e várias transferências e remanejos dirigidos pela "Frente de Atração Waimiri-Atroari" (FAWA) nos anos seguintes, existiam nove aldeamentos em 1985. Dois anos depois, uma área de aproximadamente 2.440.000 hectares foi declarada de

---

[5] A partir de 1979, empresas mineradoras subsidiárias do Grupo Paranapanema invadiram a Reserva Indígena. Em 1981, a Reserva foi desfeita através de um Decreto Presidencial e redefinida como "área temporariamente interditada", desmembrando cerca de um terço da Reserva original. A parte desmembrada foi aquela invadida pela Paranapanema (Baines, 1990; 1991a:97-99). O Projeto Pitinga tornou-se uma das maiores minas de cassiterita do país, cuja produção mineral é destinada, conforme relatórios da Paranapanema, exclusivamente à exportação.

[6] Em 1981, uma área de aproximadamente 10.344,90 km^2, encravada na área indígena, foi decretada de utilidade pública para a formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Balbina (Baines, 1991a:103-104). Obras na barragem foram iniciadas em 1979.

[7] O Sertanista da FUNAI, Gilberto Pinto Figueiredo Costa, chefiou a "Frente de Atração Waimiri-Atroari" (FAWA) de 1970 até sua morte no ataque contra o posto indígena Abonari em 1974. Um plano de "atração" fora implementado em 1968, chefiado pelo padre Calleri, com equipe da Prelazia de Roraima, visando afastar os Waimiri-Atroari da trajetória da estrada BR-174 e aldeá-los nas cabeceiras do rio Alalaú. Após a eliminação daquela equipe por um ataque indígena no final de 1968, o Delegado Regional da FUNAI, numa "Proposta de Convênio" ao DNER (29-04-70), manifesta seu plano de persistir a "... atrair e, sendo possível, deslocar esses índios ainda bravios da região cortada pela mencionada estrada". Em 1970, o Sertanista Gilberto Costa retomou os trabalhos de "atração". Especificou que a FAWA "tem como principal objetivo realizar a atração dos grupos indígenas Waimiri-Atroari (...) acelerando seu processo de integração na sociedade nacional, assim como realizar trabalhos de apoio aos serviços da estrada (...) BR-174" (Relatório da FAWA, de 27-10-73).

[8] Por "aldeamentos", refiro-me aos conjuntos de moradias Waimiri-Atroari e postos indígenas da FUNAI construídos sob a direção de funcionários da FUNAI, em distinção a "aldeias" construídas pelos Waimiri-Atroari sem a direção dos servidores.

Acervo ISA

ocupação dos Waimiri-Atroari [9]. No mesmo ano em que o Programa Waimiri-Atroari (convênio FUNAI/ELETRONORTE) [10], substituindo a FAWA, passou a dirigir a política indigenista nesta área (a partir de 1987), os rios Uatumã e Abonari e todos os seus afluentes tornaram-se inabitáveis pelo fechamento das comportas da represa hidrelétrica de Balbina. A água do reservatório tornou-se imprópria para o uso humano com a putrefação de floresta submersa, resultando na transferência forçada dos aldeamentos de Tobypyna e Taquari, ou seja, de aproximadamente um terço da população total dos Waimiri-Atroari.

A implantação do Projeto Calha Norte (PCN) (vide Oliveira, 1990) levou à reformulação da política indigenista em toda a região abrangida pela calha norte dos rios Amazonas-Solimões. Considerando que os interesses militares/estratégicos são apenas uma parte das intenções do PCN e que entre as "necessidades fundamentais e imediatas, julgadas prioritárias" pelo Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional para a região, são a "ampliação da infra-estrutura viária; aceleração da produção de energia hidrelétrica; interiorização de polos de desenvolvimento

---

[9] Decreto No.94.606 de 14-07-87. Conforme informações divulgadas pelo Programa Waimiri-Atroari (Convênio FUNAI-ELETRONORTE), a área demarcada é de 2.585.911 hectares, homologada através do Decreto No.97.837, de 16-06-89.

[10] O Programa Waimiri-Atroari, financiado pela ELETRONORTE com verba do Banco Mundial, tem previsão para 25 anos de duração. Partiu da tomada de decisão para a construção da Usina Hidrelétrica de Balbina, sem consultar anteriormente a população indígena. O Programa de assistência (Termo de Compromisso Nº. 002/87, de 3/4/1987, entre a FUNAI e a ELETRONORTE), "objetivando a implantação de programa de apoio às comunidades indígenas Waimiri-Atroari, em vista da inundação de parte de suas terras imemoriais pela Usina Hidrelétrica de Balbina", foi criado na fase final das obras da barragem e poucos meses antes do fechamento das comportas em outubro de 1987, o que resultou na inundação de uma área de cerca de 2928,5 km^2 (Mapa da Influência Antrópica da Hidrelétrica de Balbina, CSR, IBAMA, Brasília, 1992). Toda a área inundada fazia parte do território tradicional dos Waimiri-Atroari até o início da década de 70. Viveiros de Castro e Andrade afirmam que estas "medidas paliativas e tardias, de caráter cosmético, tomadas quando todas as decisões referente à obra já foram efetuadas" são usadas para criar "uma falsa idéia de 'participação'" (1988:16). O atual Programa Waimiri-Atroari oferece uma infra-estrutura assistencial subordinada ao fato consumado da inundação de uma parte do território indígena e modificação irreversível do meio-ambiente.

Acervo ISA

econômico; e ampliação da oferta de recursos sociais básicos" [11], o território dos Waimiri-Atroari serviu como um precursor do novo modelo militar-empresarial de ocupação de territórios indígenas. E, nessa ocupação, a política indigenista foi constantemente subordinada a interesses econômicos que envolvem grandes empresas - neste caso, mineradoras do Grupo Paranapanema e a Eletronorte - que exercem poderes econômicos que sobrepujam os da FUNAI, criando uma situação única de ação empresarial sobre a população indígena que se encaixa bem com os objetivos do PCN.

A nova política indigenista é caracterizada pela ampliação da infra-estrutura na área indígena, o aumento de controle sobre os índios, a promoção de lideranças indígenas - chamados "capitães" [12] - que servem como porta-vozes da FUNAI e das empresas que estão avançando sobre seus territórios, incorporados em cargos criados pela administração indigenista como cumpridores e transmissores de ordens com o dever, junto com os funcionários, de obedecer aos seus superiores e de calar sobre assuntos considerados como inconvenientes à administração. A nova política indigenista é também caracterizada pela proibição de acesso ao território indígena para etnólogos e missionários (vide Oliveira, 1990:30; Baines, 1992). Como ressalta Oliveira, "...os que trabalham com grupos indígenas desta região sem pertencerem aos quadros da FUNAI, são caracterizados como inimigos do país, pois praticam ações contrárias aos chamados 'interesses nacionais'" (1990:20).

Assim, a situação em que se encontram os Waimiri-Atroari representa um caso extremo da subordinação de uma população indígena a interesses desenvolvimentistas internacionais e nacionais, em que os indígenas têm que viver dentro das estruturas e discursos do Programa que os disciplinam, controlam a sua mobilidade e o seu acesso a informações, e redefinem não somente suas prioridades mas a sua própria realidade. A administração indigenista, com financiamento do Banco Mundial [13], apesar

---

[11] Exposição de Motivos Nº 018/85 de 19 de junho de 1985, do Gen Bda Rubens Bayma Denys, Ministro de Estado, Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

[12] O cargo de "capitão" foi institucionalizado pela FUNAI durante o período de "pacificação". Os "capitães" eram, sobretudo, jovens, recrutados entre os Waimiri-Atroari a serviço da administração indigenista, que transmitiam as ordens da equipe de funcionários para os demais Waimiri-Atroari em troca de privilégios como o acesso desigual a bens manufaturados.

[13] Nugent (1990:90-100) mostra a nítida correlação entre o financiamento de projetos pelo Banco Mundial e a reprodução de desigualdades, a perpetuação de modelos de exploração e a anulação de qualquer noção do processo democrático. Viveiros de Castro e Andrade (1988) mostram como os grandes projetos de hidrelétricas relegam as populações indígenas à condição de fator

Acervo ISA

de oferecer um atendimento de saúde mais eficaz do que aquele que existia antes, e de atender às suas aspirações a obter maior acesso a bens manufaturados, molda as vozes dos indígenas através de um controle ideológico para que apresentem discursos reconhecíveis pelos administradores como comprometidos com os objetivos do Programa que nega qualquer possibilidade de uma autonomia indígena (vide Baines, 1992).

Ao abordar as elaborações nativas sobre o seu território, focalizarei aqui o processo de "pacificação"/aldeamento e os eventos do contato durante a "fase de atração" dirigida pela FUNAI, iniciada em 1969 [14] até o início dos anos 80, quando a grande maioria dos Waimiri-Atroari estava morando nos aldeamentos da FAWA. As mudanças abruptas e violentas impostas durante a sua "pacificação" pelos numerosos funcionários da FAWA, submeteram os Waimiri-Atroari a um estilo de vida totalmente alheio à sua vida anterior, seguindo um regime disciplinador de trabalho agrícola e modelo social dos funcionários da FUNAI. Com a população drasticamente dizimada por epidemias que desestruturaram a rede de aldeias, os sobreviventes foram submetidos a campos de ressocialização forçada (os aldeamentos da FAWA) onde a única opção que tinham era de interiorizar as regras do jogo do indigenismo oficial norteado por um modelo de desenvolvimento econômico regional, adotando o modelo de "índio civilizado" da FUNAI. Durante o processo de aldeamento, suas representações foram remodeladas dentro do contexto de dominação imposto pelos servidores da FAWA. Sua visão dos "civilizados" antes e durante a "pacificação", como predadores que invadiam seu território, foi substituída pela censura da sua história e a absorção do discurso interétnico da FUNAI.

Foi, assim, bastante difícil de obter informações, durante a minha pesquisa [15], a respeito das elaborações Waimiri-Atroari sobre o seu território antes de serem incorporados ao sistema de aldeamentos da FAWA, tão fortemente estava sendo censurado seu passado não apenas pelos funcionários da FUNAI mas também pelos próprios índios recrutados para cargos de "capitão". Durante as tentativas de aldeamento realizados simultaneamente à construção da estrada BR-174, os Waimiri-Atroari haviam interpretado as mortes em massa nas suas aldeias, decorrentes das epidemias, primeiro como atos de feitiçaria provindos de outras aldeias. Mais tarde, quando sua população foi drasticamente reduzida, passaram a reinterpretar as epidemias como feitiços dos "civilizados", procurando expulsar os invasores do seu territó-

---

do meio-ambiente, assim subordinando-os aos projetos e excluindo-os do processo decisório.

[14] Relatório da FAWA, de 27-10-73, apresentado pelo Sertanista Gilberto Pinto Figueiredo Costa, p.XVIII.

[15] Realizei um total de 17 meses de pesquisas de campo no território dos Waimiri-Atroari entre 1982 e 1985.

Acervo ISA

rio, num último esforço para sobreviver, através de ataques aos postos indígenas da FUNAI. Em conseqüência de uma história de contato extremamente violenta, os servidores da FUNAI censuraram totalmente tudo o que era relacionado à sua vida anterior à FAWA, impondo-lhes um regime de trabalho para tentar transformá-los em trabalhadores agrícolas e eliminar seu passado.

As Elaborações Nativas sobre o seu Território: Espaço e História do Contato

No ambiente criado pela FAWA, quando tentei abordar assuntos relacionados ao passado, direta ou indiretamente, os jovens Waimiri-Atroari normalmente censuravam-nos com exclamações como "é besteira de velho!", "índio não sabe!". Transmitiam, assim, os preconceitos de muitos funcionários da FUNAI, inclusive daqueles que se autodesignavam "funcionários índios" ou "índios civilizados" [16]. Estes preconceitos incluiam a idéia de que os Waimiri-Atroari, como índios que "não sabem", tinham que ser "ensinados".

Certa vez, quando indaguei do capitão principal, Dalmo [17], sobre as aldeias onde havia morado no passado, ele respondeu: "Eu já andei. Naquele tempo não fazia nada. Agora `trabalha'!", "Não gosto de morar na mata. é triste". Desprezava sua vida anterior, colocada, conforme o discurso dos servidores, em oposição ao regime atual de trabalho dirigido da FAWA, e associada ao preconceito de "índio bravo" como "preguiçoso" que "não faz nada". Outra feita, depois da visita à área indígena de uma comitiva incluindo o General Euclydes de Oliveira Figueiredo e representantes da Paranapanema e da FUNAI, quando Dalmo foi avisado que a entrada da Paranapanema no que sobrou do território indígena era "inevitável", ele me acrescentou "Vai entrar, sim", reafirmando as ordens. Quando abordei a aceitação passiva das definições dos funcionários pelos Waimiri-Atroari, estes me responderam que "é a FUNAI que sabe", visivelmente consternados por eu ter levantado uma questão proibida pela equipe da FAWA.

Muitos dos "funcionários índios" na FAWA estavam afastados dos seus grupos étnicos havia muitos anos e vários haviam trabalhado, antes de ingressar na FUNAI, em grandes projetos de desen-

---

[16] Os "funcionários índios" da FAWA eram recrutados pela FUNAI de outros grupos étnicos, sobretudo do Alto Rio Negro e Baixo Amazonas, sendo incorporados na hierarquia burocrática da FAWA, principalmente, como servidores auxiliares (braçais). Conforme um relatório da FAWA, de 10.02.81, "quase todos os servidores de origem indígena tiveram problemas dentro das suas áreas e procuraram na FUNAI uma fonte de sobrevivência econômica quando a maioria se encontrava fora do grupo, na capital do Estado".

[17] Neste trabalho uso pseudônimos para os Waimiri-Atroari, funcionários braçais e Chefes de Postos Indígenas, para conservação de seu anonimato.

Acervo ISA

volvimento que invadiam territórios indígenas, como a construção da hidrelétrica de Balbina no rio Uatumã e da estrada Perimetral Norte na região de São Gabriel da Cachoeira. Outros haviam trabalhado em Manaus. Transmitiam para os Waimiri-Atroari todos os preconceitos pejorativos da sociedade nacional quanto ao "índio" e "caboclo" na sua forma mais acirrada, num discurso que renegava suas origens indígenas e valorizava um estilo de vida citadino, ou seja, um discurso desenvolvimentista em consonância com a ideologia integracionista e empresarial da FAWA.

Na época em que iniciei pesquisa de campo com os Waimiri-Atroari, não existiam mais aldeias independentes da FAWA. Conforme os depoimentos indígenas e a avaliação pelo número e distribuição de capoeiras e aldeias recentemente abandonadas, nos anos imediatamente anteriores ao estabelecimento da FAWA, havia três aglomerações principais de aldeias, interligadas por vários caminhos. Cada aldeia consistia de uma habitação comunal, de forma redonda ou elíptica, e suas roças. Cada aglomeração de aldeias ocupava a bacia de um dos rios da região: Camanaú, Alalaú, e Igarapé Santo Antônio de Abonari [18].

Como outros grupos indígenas da região güianense (Rivière, 1984), os Waimiri-Atroari consideravam suas aldeias como se fossem unidades quase autônomas econômica e politicamente, baseadas numa dicotomia básica entre "dentro" e "fora" - por um lado, ´aska ("os verdadeiros parentes"), por outro lado, baixi´-ra, ´amba mydy´tany ("povo de outra aldeia"). A expressão a´jaska (com prefixo possessivo para a 1ª. pessoa) abrange co-residência e laços de parentesco cognático, que são muitas vezes, mas nem sempre, superpostos [19]. A expressão abaixi´ra (com prefixo possessivo para a 1ª. pessoa), ´amba mydy´tany, que abrange todas as pessoas consideradas a´jaska ka´by (não ´aska), é usada com referência a indivíduos de outros grupos locais Waimiri-Atroari, com exceção daqueles considerados parentes cognáticos próximos do falante. Os co-residentes que passam a morar em outras aldeias deixam de ser a´jaska, a não ser que sejam considerados parentes cognáticos próximos.

A dicotomia ´aska / baixi´ra reflete-se na marcada preferência que os Waimiri-Atroari expressam pela endogamia a nível de aldeia e, quando esta não é possível por razões demográficas, na endogamia a nível de grupo de aldeias próximas. Pessoas de outras aldeias eram tratadas com muita desconfiança, sobretudo as de

---

[18] Ver a descrição da distribuição de aldeias Tiriyó por Rivière (1969, 1970) e, para a sociedade Akawaio, por Butt Colson (1966), outros grupos indígenas da família lingüística Carib, bastante semelhante à distribuição de aldeias Waimiri-Atroari. Ver também a descrição de Albert (1988) para os Yanomam.

[19] Os Waimiri-Atroari não fazem uma distinção rígida entre laços de parentesco cognáticos e laços de co-residência, para definir a inclusão na categoria a´jaska, como observa Rivière também no caso dos Tiriyó (1969:65).

Acervo ISA

aldeias distantes, sendo o alvo mais comum de acusações de feitiçaria. Os Waimiri-Atroari insistiam nas dificuldades de um indivíduo ser aceito por membros de aldeias distantes e de realizar casamentos com pessoas de longe.

O surgimento de animosidades numa aldeia Waimiri-Atroari era resolvido por cisão, o que continuava acontecendo nos aldeamentos da FAWA, apesar da intermediação dos funcionários da FUNAI. Neste aspecto, a aldeia Waimiri-Atroari era parecida com a aldeia Tiriyó descrita por Rivière: hostil a "divisões dentro de si" (1970:253), concebida como uma unidade fechada e autônoma (1984:72) opondo socialmente o "dentro" ao "fora" através do idioma da feitiçaria (1970:254), e associando, assim, doença e morte às visitas de forasteiros (1969:30).

Ao se referirem ao passado, os Waimiri-Atroari citavam sempre os nomes dos locais de aldeias, acampamentos nos caminhos e locais onde ocorreram certos eventos que marcaram a trajetória da sua vida, apresentada na forma de uma história espacializada. As histórias individuais revelavam perspectivas diversas do passado. Enquanto os jovens Waimiri-Atroari, junto com os funcionários da FUNAI, defendiam rigorosamente a divisão de seu grupo étnico em "Waimiri" e "Atroari" [20], conforme a versão imposta pela sociedade nacional, as pessoas idosas como Amélia, viúva do líder Comprido (vide Baines, 1991b), desvendavam uma outra perspectiva da sua sociedade, compatível com a sua geração. Amélia havia morado por períodos da sua vida em diversas aldeias nas bacias dos rios Camanaú e Alalaú, e apontou muitos indivíduos espalhados entre todos os aldeamentos da FAWA como a'jaska (meu co-residente e quem me é um cognato próximo).

Amélia relatava também incidentes da invasão do território, entre outros eventos do passado, como a fuga da aldeia Wi'rekyry 'jyhy (onde Wi'rekyry faleceu; os ossos de Wi'rekyry) que estava a cerca de dois quilômetros da trajetória da estrada BR-174 quando as equipes de desmatamento entraram na floresta; acontecimentos da época em que morava na aldeia Ma'we 'jyhy (onde Ma'we faleceu), e em 'Kamaky 'mydy (a habitação onde havia sumaúma). Como outras pessoas idosas, Amélia enumerava neste contexto os nomes ou apelidos de pessoas, já falecidas, de sua geração. Assim, ela editava a sua vida e definia quem era através de um conjunto de coordenadas espacial-históricas.

Em diversas ocasiões, andei com alguns Waimiri-Atroari para as poucas aldeias onde grupos de Waimiri-Atroari ainda voltavam após desentendimentos nos aldeamentos ou quando faltavam alimentos nas plantações dos postos. Seguimos os caminhos antigos onde cada vestígio de acampamento e cada local de aldeia abandonada foram associados por eles a acontecimentos do passado: locais nos caminhos onde havia ocorrido encontros específicos entre certas pessoas de aldeias diferentes; locais onde pessoas haviam faleci-

---

[20] Para uma discussão da imposição das categorias "Waimiri" e "Atroari" pela sociedade nacional e a divisão deste grupo indígena em dois, vide Baines, 1991a:210-216.

Acervo ISA

do; o local onde o pai do líder Comprido foi atacado por uma onça; o local onde o velho, apelidado Janu'ma, acometido por doença e sem forças para acompanhar o grupo com quem andava, pediu que os outros prosseguissem e se entregou à morte na floresta [21]; o local arenoso numa capoeira de aldeia abandonada onde o Sertanista Gilberto Costa pousou de helicóptero quando os habitantes de várias aldeias estavam participando de um ritual de maryba; o caminho pelo qual este Sertanista passou quando visitou aldeias; o local onde Damião perfurou com raiva algumas panelas de alumínio obtidas da FUNAI quando sua mulher faleceu numa epidemia; os locais onde certas pessoas pernoitaram em viagem ...

Todas as referências históricas dos Waimiri-Atroari estavam assim mapeadas na paisagem da floresta. Representavam suas vidas como uma seqüência de períodos de vivência em certas aldeias. O local de moradia indicava aos ouvintes Waimiri-Atroari como situar certo incidente numa seqüência maior de acontecimentos do passado. Assim, cada referência espacial estava imbuída com uma dimensão histórica [22].

Os relatos Waimiri-Atroari revelavam também o impacto do contato sobre a organização espacial da rede de aldeias: como a intrusão dos agentes da sociedade nacional se refletiu nos deslocamentos e redistribuições de aldeias. Houve um afastamento inicial das obras de construção da estrada BR-174 (no início da década de 1970), seguido por aproximações esporádicas aos postos indígenas da FAWA e às equipes de trabalhadores. A época dos ataques aos Postos (1973-74) foi marcada por um afastamento prolongado, seguido por reaproximações (a partir do final de 1975) e a permanência de alguns jovens, que perderam seus pais nas epidemias, nos postos indígenas da FUNAI (a partir de 1978). Nos anos seguintes foi realizada a transferência dos habitantes das aldeias para três aldeamentos grandes próximos a Postos Indígenas a mando dos funcionários da FUNAI e jovens capitães Waimiri-Atroari (1978 a 1982), com subseqüente fragmentação através de remoções dirigidas para aldeamentos novos implantados pela FUNAI. Mais tarde (a partir de 1984), teve início um processo de afastamento de algumas facções para locais mais distantes dos aldeamentos porém de fácil acesso. Estes locais foram incorporados na FAWA com a implantação de novos postos indígenas.

Estes transtornos espaciais contribuíram diretamente à imposição de uma nova maneira de construir elaborações sobre o seu território: o método da FAWA destinado a reproduzir as

---

[21] A morte de Janu'ma ocorreu após janeiro de 1974. Neste mês o Sertanista Gilberto Costa fez contato com ele no local de reinstalação do posto indígena Alalaú II.

[22] Para outros casos da espacialização do tempo, ver, por exemplo, Albert, para os Yanomami, 1985:126, 1988:94; Rappaport, para os Páez, 1990:11, 147-153, 180; Rosaldo, para os Ilongot, 1980:55-56; Seeger, para os Suyá, 1981:75-77.

Acervo ISA

relações de dominação entre os funcionários da FUNAI e os Waimiri-Atroari. O processo de obliteração da história indígena se reproduzia dentro da sociedade Waimiri-Atroari através dos capitães, incorporados na FAWA como subdominadores que impunham a "história oficial" como a única legítima. Entretanto, esta visão dominante da história não conseguiu apagar totalmente as outras versões do passado, apesar do controle prático e ideológico extremamente repressivo da FAWA que objetivava impedir qualquer possibilidade de reorganização social indígena e forçar os Waimiri-Atroari à uma única estratégia - aprender as regras do jogo da FAWA e aspirar a se tornarem "índios civilizados" e "funcionários índios", emulando seus dominadores.

Os capitães, sem legitimidade cultural e cativos de uma memória reconstruída pela FUNAI, demonstravam uma rigidez de comportamento, uma falta de iniciativa fora do cumprimento meticuloso do horário de serviço da FAWA e sua execução exemplar dos deveres e ordens que os servidores especificavam como próprios de um "capitão". Isto realizado com uma seriedade exagerada, repetindo as frases dos funcionários de maneira mecânica numa retórica de campo de trabalho forçado.

O grupo indígena tornou-se os "Waimiri" e os "Atroari" na medida em que a sociedade nacional assim os designava, e na medida em que eles se apropriavam destas identidades. No processo de serem definidos pela população invasora por essas categorias e pela categoria "índio", e serem subordinados pela administração indigenista, os Waimiri-Atroari passaram a assumir a definição do seu território como essa lhes foi apresentada pelos funcionários. Os capitães passaram a oferecer uma versão "indígena" que fosse aceitável pelos funcionários da FAWA, a fim de legitimar a atuação da FAWA tanto no passado como no presente.

Alguns velhos que sobreviveram, inclusive líderes que antes tinham autoridade nas suas aldeias, foram eliminados do jogo político, tanto pelos funcionários da FUNAI, quanto pelos capitães Waimiri-Atroari. Aqueles que, no passado, mostraram resistência à ocupação do seu território foram particularmente censurados na organização sócio-política da FAWA.

A partir de 1978, no Posto Indígena Terraplenagem, geralmente acompanhado por outros jovens que também perderam seus pais nas epidemias, isolado dos homens mais velhos que desfrutavam de autoridade na sua sociedade, o jovem Dalmo foi exposto a uma doutrinação intensiva pelos funcionários da FUNAI, que se encarregavam de "ensinar-lhe" a se conformar às suas idéias a respeito do que é um "capitão", "chefe", "cacique" ou "tuxaua" indígena. Não encontrando um modelo de poder centralizado e abrangente na sociedade Waimiri-Atroari (a autoridade dos líderes idosos raramente se estendia além do grupo local), os funcionários da FUNAI atribuíram poderes a Dalmo e seu irmão Dario, dentro da administração da FAWA, para estabelecê-los como capitães sobre todos os aldeamentos. No início, os Waimiri-Atroari sobreviventes de aldeias distantes da de Dalmo e Dario não os aceitavam, mas, à medida em que a administração ia aumentando seu controle sobre eles, consolidaram-se os cargos do capitão principal e do seu

Acervo ISA

irmão.

Um chefe do posto indígena Terraplenagem mandou construir para Dalmo uma casa no estilo do posto, com teto de zinco. Posteriormente, Dalmo e Dario pediram casas de alvenaria à Mineração Taboca do Grupo Paranapanema. A empresa entregou-lhes as casas em 1988, construídas nos aldeamentos onde residem os dois capitães principais. Tanto Dalmo como Dario adotavam um comportamento próprio para se distinguir dos demais Waimiri-Atroari, como evitar participar dos ritos e modelar seu comportamento ao do chefe do posto com relação aos servidores braçais. Demonstravam uma preocupação constante com a hora e o cumprimento do horário de serviço, ostentavam relógios e rádio-gravadores e seguiam o estilo de vida prescrito pelos funcionários da FUNAI.

A posição de Dalmo era única na FAWA. A conversa de todos os servidores era permeada por referências a ele. Com o irmão Dario, nomeado capitão do aldeamento Xerí pelo coordenador da FAWA que mandou implantá-lo, foi transformado em porta-voz da administração indigenista para todos os Waimiri-Atroari. Os funcionários delegaram também a Dalmo e Dario o poder de "ensinar" aos outros Waimiri-Atroari, embora os dois tivessem que aceitar serem "ensinados" pela FUNAI. Durante o processo de retalhar a área indígena para a implantação de grandes projetos (Baines, 1991a:94), os capitães transmitiam aos demais Waimiri-Atroari as informações divulgadas pela administração indigenista sobre os limites do seu próprio território, como ordens a não serem questionadas. Foram relegados a posição de transmissores de ordens.

Um Grupo de Trabalho: O Processo de Reconhecimento do Território Indígena Waimiri-Atroari pela FUNAI

Em todos os procedimentos para o reconhecimento da terra dos Waimiri-Atroari, a administração indigenista exigia um indivíduo como porta-voz indígena para legitimar as decisões tomadas pela administração como partindo dos indígenas ou feitas com a sua aprovação. Quando equipes de filmagem, pastores evangélicos do grupo indígena Waiwai, pesquisadores como eu, ou qualquer outra pessoa, pediram autorização para entrar na área, os funcionários consultavam Dalmo, como o representante do grupo étnico Waimiri-Atroari. Freqüentemente indicavam a postura que ele devia tomar. Avisavam aos demais Waimiri-Atroari as decisões como sendo de Dalmo, como ordens, para legitimar a atuação da FAWA. Assim, Dalmo, e seu irmão, tornaram-se o principal foco dos interesses contraditórios dos servidores.

Em 1985, Dalmo e Dario foram chamados pelos servidores da FUNAI para ir a Brasília e participar de um Grupo de Estudo seguido por um Grupo de Trabalho (GT). O assessor chefe da AESP (Assessoria de Estudos e Pesquisas) da FUNAI, que coordenou este GT, apresentava-os, na sua presença, como "os grandes líderes", e o delegado regional da FUNAI como "Os dois tuxauas, dois líderes".

Cabe ressaltar que este GT foi realizado pela FUNAI em

Acervo ISA

agosto de 1985, antes da implementação do Projeto Calha Norte. O GT foi constituído por um engenheiro cartógrafo, um assessor chefe da AESP, um sertanista assessor da Presidência da FUNAI, um técnico indigenista, um assessor jurídico da FUNAI, o delegado da 1ª DR-FUNAI, com um missionário do CIMI, um advogado do CIMI, um lingüista (obrigado a desistir por motivos de saúde), uma antropóloga, uma indigenista do CIMI, técnicos do INCRA e ITERAM, e eu, classificado como pesquisador, com a participação de vários Waimiri-Atroari, sobretudo os capitães [23], e mais três técnicos indigenistas. Os objetivos do GT eram , conforme a Portaria: "a) propor um plano indigenista para a área, abordando principalmente os aspectos de saúde, educação, alimentação, desenvolvimento comunitário e organização social; b) avaliar e apresentar alternativas a esta Fundação no que tange à influência de fatores que vêm interferindo na estrutura tribal e no patrimônio indígena tais como" - a estrada vicinal entre a BR-174 e as minas de Pitinga, a atividade da Mineradora Timbó do Grupo Paranapanema, a Usina Hidrelétrica de Balbina, o trecho da rodovia 174 dentro da área indígena e projetos fundiários e de desenvolvimento do Governo Federal, Governo do Estado do Amazonas e de Roraima. Uma proposta de redefinição e demarcação do território foi também incluída.

Entrarei em detalhes sobre o procedimento do GT para ressaltar que, apesar de ser constituído de elementos diferentes dos funcionários da FAWA, alguns dos quais tinham intenções de oferecer alternativas à política indigenista autoritária da FAWA, e apesar da questão do reconhecimento do território indígena ser um dos seus objetivos principais, o GT perpetuou um processo decisório autoritário que incorporava alguns Waimiri-Atroari de maneira a reforçar seus cargos de capitães subordinados à administração indigenista. As práticas jurídico-administrativas foram impostas como ordens que vieram de cima para baixo na hierarquia burocrática da FUNAI, os capitães desempenhando o seu papel de cumpridores de ordens, ratificando o que lhes foi exigido ratificar e procurando oferecer a cada membro do GT as posturas e os discursos deles exigidos. Ao mesmo tempo, como capitães, eles tentavam utilizar seus cargos para exigir um acesso desigual a privilégios dentro da administração. O GT também deixou em evidência as múltiplas ideologias indigenistas dos membros, em que uma retórica indigenista genérica ora mascarava essas diferenças, ora as desvendava. Os interesses contraditórios defendidos pelos diversos participantes transformaram o GT num palco de confrontos, em que os capitães Waimiri-Atroari defendiam as expectativas e atitudes inculcadas pelos servidores da coorde-

---

[23] Dos membros do Grupo de Estudo na sede da FUNAI em Brasília, que precedeu o GT, constituído pelos mesmos assessor chefe da AESP, sertanista assessor da Presidência, técnico indigenista, delegado da 1ª DR-FUNAI, missionário e advogado do CIMI, e eu, e outro advogado da FUNAI, o capitão Dalmo e seu irmão Dario foram convidados como representantes dos Waimiri-Atroari.

Acervo ISA

nação da FAWA e pelo delegado regional da FUNAI, assumidas por eles como a "realidade".

O chefe da AESP, com longa carreira como indigenista alternativa, demonstrou uma atitude crítica a respeito dos grandes projetos econômicos na região, que via como uma ameaça à sobrevivência dos Waimiri-Atroari. Esforçava-se para alertá-los das conseqüências desastrosas de um avanço de empresas mineradoras sobre o seu território. O delegado regional da FUNAI mostrava, em contraste, uma perspectiva em que enxergava o desenvolvimento econômico da região como um processo inevitável e irreversível, defendendo a política desenvolvimentista governamental. Tentava compatibilizar, verbalmente, as contradições da situação de contato interétnico, na linha de ser possível uma convivência harmônica entre índios e empresas de mineração com lavra mecanizada. Os técnicos indigenistas mostravam posturas críticas à política desenvolvimentista, com divergências. Um sulista pregava inversões das estruturas de poder regionais, chocando com os interesses dos servidores na área. Outro criticava a situação atual com propostas reformistas.

Desde o início, um dos técnicos indigenistas demonstrou uma atitude compartilhada por vários outros membros, a respeito de como são os "índios". Apresentou um discurso didático que se centrava no tema de "conscientizá-los para que compreendam os perigos da mineração". Os capitães Waimiri-Atroari, após ouvir seu discurso, assumiram-no, na sua frente. Comentei que os Waimiri-Atroari ora diziam que a empresa mineradora era boa, ora que não prestava. O técnico indigenista retorquiu: "Eles dizem o que os funcionários dizem ... Eles não têm opinião. Eles repetem o que ouvem os outros falar".

O técnico indigenista interpretava a estratégia de alguns Waimiri-Atroari, de apresentar um discurso que agradaria cada ouvinte, o que amiúde envolvia a devolução e reafirmação da fala que lhes era apresentada, como evidência de que não tinham opinião, reiterando a oposição "tem opinião"/"não tem opinião"; "sabe"/"não sabe"; "branco" e "índio civilizado"/"índio" e "Waimiri-Atroari". Ele não tomava em consideração o fato de que eram os funcionários que exigiam dos Waimiri-Atroari uma postura de "não ter opinião", como parte das relações de sujeição-dominação. Ao exigir deles um discurso indigenista de "conscientização", perpetuava estas relações.

A pedido do delegado regional da FUNAI, que chegou acompanhando os dois capitães, Dalmo abriu a primeira reunião: "Nós queremos fazer uma demarcação de terra", Murmurou algumas palavras sobre "Paranapanema". O delegado recordou a Dalmo que ele deveria mencionar a hidrelétrica de Balbina. Desde o início, ele não somente dirigia a fala de Dalmo, mas preceituava o conteúdo, entretanto, num "discurso protecionista de defesa das terras e dos direitos indígenas" (Oliveira Filho & Almeida, 1989:40), o que possibilitou a "sua aceitação pelo grupo...". Ao mesmo tempo, coadunava este discurso com os mecanismos burocráticos e administrativos do órgão, "transformando os índios em espectadores de seu próprio destino" (Oliveira Filho & Almeida, 1989:66). O

Acervo ISA

discurso protecionista, baseado na identidade genérica de "índio", conduzia os Waimiri-Atroari a aderir a esta identidade, afirmando-a para reivindicar o direito ao amparo por lei.

Os dois capitães relataram a lista de expectativas de ganhar projetos de infra-estrutura e mercadorias, estimuladas pelo delegado regional e formuladas dentro dos planos desenvolvimentistas da política indigenista governamental para a região: "Lá é difícil para nós pegar caça. Nós precisa projeto lá... Precisamos hospital lá dentro da nossa área. Nós precisamos ambulância e médico lá. Precisamos nós muito carro e caminhão para carregar material". Dario reforçou as palavras de Dalmo. O delegado interrompeu, esboçando o seu plano de implantar projetos agropecuários para a produção de carne e leite.

Dalmo continuou: "Tem uma vez pessoal foi ver, filmar, só passear. Não gostei. Tem que ir só para trabalhar. Visitar não dá. Quer aprender nossa língua. Isso não dá", transmitindo as ordens do delegado que exigia um maior controle sobre o acesso à área, inclusive por pesquisadores. O delegado repetiu, em outra reunião do GT, que os Waimiri-Atroari "não estão querendo que pessoas fora da FUNAI vão lá", reforçando seu plano de eliminar a presença de pessoas que não estão subordinadas à administração governamental ou às empresas que atuam na área.

Dalmo reclamou que a escola (construída pela Paranapanema) não estava funcionando e que o posto onde reside estava "tudo acabado". O delegado interrompeu: "A infra-estrutura da FUNAI está super-debilitada" e Dalmo acrescentou que queria "transporte, motores-de-popa". O delegado mandou Dalmo "esclarecer" que antes a situação na área indígena estava "muito séria. Bebida alcoólica entre os funcionários e problemas sexuais entre as índias e funcionários índios". Afirmou que ele, com a colaboração de Dalmo, tinha afastado estes funcionários da área.

Dalmo disse: "Taboca (empresa do Grupo Paranapanema) está tirando minério. Nós quer que paga lá. Tem que pagar! Tem que pagar lá!" O delegado falou em indenização, procurando justificar a presença da mineradora na área indígena em troca de "indenizações", e a conversa do GT mudou para este tema. Os membros do GT discutiam o que propunham fazer na área, dando conselhos a Dalmo e Dario, até o momento em que Dalmo declarou: "Nós quer essa Paranapanema faz a nossa casa de alvenaria para nós. Para eu e para ele (Dario)", revelando seus interesses em ganhar privilégios como "capitães". O delegado da FUNAI apoiou a concessão de privilégios a eles na FAWA e a sua participação exclusiva entre os Waimiri-Atroari nas reuniões que precederam o GT em Brasília, argumentando que só eles estavam "preparados .. os outros não vão entender muito".

De outra feita, sugeri que os outros Waimiri-Atroari não entendiam porque eram excluídos pelos funcionários, e também por Dalmo e Dario, que estavam ansiosos por manter seus cargos. O delegado discordou, reafirmando que eles eram reconhecidos como líderes em todos os postos indígenas da FAWA. Opinei que isto era em conseqüência da FUNAI impô-los como "capitães". O delegado posicionou Dalmo e Dario na relação de "saber-poder" para "ensi-

Acervo ISA

nar" aos demais Waimiri-Atroari. Acrescentou que ele os levara para os postos do vale do rio Camanaú "para esclarecer" quando, segundo ele, alguns "Sataré da Vila Batista" (transferidos para o lago Curiuaú na boca do rio Camanaú pela FUNAI), junto com certos servidores da FAWA, estavam instigando os habitantes Waimiri-Atroari destes postos contra outros funcionários.

Quando o delegado levantou a questão da hidrelétrica de Balbina, o missionário dirigiu-se a Dalmo e Dario, dizendo que a barragem não era necessária: "Vocês têm que colocar isso!", acrescentando que precisavam de uma "boa conscientização".

Para tentar assegurar a aderência dos Waimiri-Atroari à identidade de índios "conscientizados", num esforço para romper com o controle exercido pelo delegado regional da FUNAI sobre os Waimiri-Atroari, alguns membros do GT os bombardeavam com este linguajar, mandando-os ser "índios", como faziam também os funcionários "índios" da FAWA. A fala de vários membros do GT estava repleta de expressões como "seu parente (definindo o conceito de 'índio' genérico) também na luta", reforçando a oposição "índio"/"branco". Os membros do GT referiam-se aos Waimiri-Atroari que participavam como "os índios", e aos outros membros pelos seus nomes, reforçando ainda mais a oposição.

Depois da abertura da primeira reunião em Brasília, os dois capitães passaram longos períodos em silêncio, sem acompanhar as discussões sobre os limites do território. Num dia, um funcionário da FUNAI levou-os para tirar fotografias e voltaram no fim do dia com revistas e desodorantes.

O GT agia para consolidar o poder outorgado aos capitães pela FUNAI e reforçou a política da FAWA. O delegado reiterava, na presença destes dois capitães que eles "não são representantes da aculturação dos Waimiri-Atroari, são exceções. Os outros não vão entender". Quando o GT visitou o aldeamento de Taquarizinho, o delegado mandou Dalmo transmitir suas ordens de trabalho ao capitão Adriano, subordinando este àquele.

O delegado tentou justificar perante os membros do GT a reivindicação de Dalmo para a empresa mineradora construir casas de alvenaria para ele, como capitão principal, e para seu irmão, sugerindo que dinheiro de indenização poderia ser usado para financiar mais obras de infra-estrutura na área. Disse que as "casas" dos Waimiri-Atroari não eram mais "tradicionais" e que era um processo irreversível. O missionário do CIMI objetou, afirmando que "Essas coisas podem dividir um povo". O chefe da AESP interrompeu, expondo para Dalmo e Dario que "Vai virar branco. Isso não é bom", e elaborando sua exigência dos Waimiri-Atroari serem "índios": "A força dos Waimiri-Atroari está na língua, na casa que constrói, na festa. Se pára de fazer casa grande, aí vira branco... é pior... fica entregue ao branco, dependente do branco... vira branco. Isso não é bom!..." Mandou os dois capitães pedir conselhos aos velhos, opondo-se à postura adotada pelo delegado e pelos dois capitães, considerando que os velhos estavam sendo menosprezados pelos funcionários da FAWA como parte da política de despojá-los da sua autoridade através da divulgação da atitude que "velho não sabe" (índio) e instaurar

Acervo ISA

os capitães "que sabem" (índio civilizado). O delegado aderiu com firmeza à política da FAWA, de outorgar poder aos capitães jovens sobre os demais Waimiri-Atroari, inclusive sobre os velhos que desfrutavam de autoridade antes de virem morar nos aldeamentos. Os capitães passaram a adotar o discurso do chefe da AESP e outros membros do GT na presença destes, como maneira de agradá-los, simultaneamente adotando o discurso do delegado e dos funcionários na área quando se dirigiam àqueles.

O missionário do CIMI anunciou que antigamente os Waimiri-Atroari tinham contatos com os Makuxi (entre os quais a Igreja católica atuava), o que eles declaravam não ter conhecimento, e sugeriu que eles deveriam reativar este (hipotético) contato. O chefe da AESP concordou que deveriam "visitar parente" (índio genérico). "Isto é importante. Fica mais forte", visando à sua inserção no movimento indígena a nível nacional, considerando que a FAWA seguia uma política de isolá-los e assim controlá-los com mais facilidade. Mencionei que, se ou não os Waimiri-Atroari mantinham contatos no passado remoto com os Makuxi, desde 1968 tinham contatos com os Waiwai, e que dois jovens Waimiri-Atroari estavam morando na missão (protestante) de Kaxmi. O delegado manifestou-se contra este contato, afirmando que os Waimiri-Atroari não tinham "afinidade com os atuais Waiwai... transformados pelos missionários". Tomou a posição adotada durante os anos anteriores da FAWA, de censurar estes contatos [24]. Durante o período em que o GT estava na área indígena, alguns Waiwai chegaram à BASE da FUNAI. O delegado, irritado, ordenou a Dalmo: "Manda estes Waiwai para a terra deles. Tu fala Dalmo!" Dalmo mandou um jovem, irmão da mulher de um dos jovens que passara períodos com os Waiwai, transmitir as ordens do delegado para os Waiwai, acrescentando que o delegado havia mandado.

Na hora em que o GT chegou à área ocupada pela Mineração Taboca (Paranapanema), e o delegado conversou com um representante desta empresa, ouvi Dario dizer para os outros Waimiri-Atroari, "índio `sakana `wapï kata`barï" (Ele diz que índio é muito bravo). Dario sorria, revelando sua aprovação das palavras do delegado, que correspondiam ao discurso protecionista. Depois

---

[24] Esta censura chegou ao auge quando o radiograma nº2884, da 1ª DR-FUNAI de 27-8-82 transmitido ao Núcleo de Apoio Waimiri-Atroari, retransmitindo radiograma 1231/10ª DR-FUNAI de 27-8-82, informou que os Waiwai tomaram conhecimento dos Waimiri-Atroari que estes estavam "revoltados com funcionários índios da área Waimiri-Atroari, pois mesmos estão criando problemas com mulheres do referido grupo", e pedindo o afastamento imediato de qualquer suspeito. Muitos funcionários índios aculturados da FAWA estavam avisando os capitães Waimiri-Atroari que, como "índios também" foram autorizados pela FUNAI a ter acesso sexual às mulheres Waimiri-Atroari, o que deles exigiram. O radiograma acirrou a raiva de muitos funcionário índios envolvidos, que iniciaram uma campanha entre os funcionários e os Waimiri-Atroari para desacreditar os Waiwai.

Acervo ISA

desta visita à sede da empresa mineradora, o diretor da AESP perguntou a Dalmo, numa reunião, o que ele achava do que vira. Dalmo respondeu que era "ruim" e, na sua língua, mandou o capitão Miguel repetir suas palavras, subordinando-o como capitão principal, simultaneamente apresentando a mesma atitude do funcionário nos dias anteriores. Nesta época, muitos servidores da FAWA exigiam de Dalmo uma postura favorável a respeito da mineradora. Os membros do GT discutiram os limites da área indígena e o desmembramento da área ocupada pela Paranapanema, havia quatro anos, através de decreto presidencial.

O delegado regional argumentou que a Mineração Taboca estava dentro da área indígena, defendendo a reintegração da posse de toda a área desmembrada e o pagamento de royalties. Citou o caso dos Kayapó como grupo indígena que convive com mineração dentro do seu território e ganham por volta de 5% de royalties. Defendia os interesses da mineradora, que estava favorável à estratégia de se declarar dentro da área indígena para acelerar acordos diretos com os capitães, já preparados pelo delegado a aceitá-los, e assim eliminar a linha demarcatória que impedia o seu avanço sobre o restante da área indígena (onde já requisitara, junto ao DNPM, vastas áreas para pesquisa de mineração) em troca de pagamento de royalties. Quando mencionei as vantagens para a Paranapanema em se declarar dentro da área como estratégia para avançar sobre o território indígena, Dalmo e Dario mostravam-se irritados comigo, murmurando "ka?amin'ja" (civilizado) e declarando sua adesão à FUNAI e às palavras do delegado. Viram minha intervenção como um questionamento da posição defendida pelo delegado.

Dalmo e Dario mostraram-se preocupados com a questão de receber dinheiro da Paranapanema, conforme a proposta do delegado. Como capitães, esperavam um acesso desigual às mercadorias provenientes de qualquer pagamento de indenização ou royalties. Dalmo disse, aborrecido pelo questionamento das expectativas alimentadas pelo delegado: "Não vai pagar!", e Dario acrescentou "É problema dele, FUNAI. O que está fazendo FUNAI dentro da área? Ninguém entende nada".

O chefe da AESP aconselhava que os Waimiri-Atroari deviam "visitar os parentes" do vale do rio Camanaú. Usava o termo "parente" de modo muito amplo para abranger co-residentes, Waimiri-Atroari de outras aldeias, outros grupos étnicos designados "índios" pela sociedade nacional, e qualquer pessoa que se identificava como "índio", inclusive muitos funcionários da FAWA. Difundia um pan-indianismo que reforçava, também, a manipulação desta identidade por estes mesmos funcionários. A retórica indigenista, acionada por diversos membros do GT, objetivava a criação de unidade numa situação em que havia conflitos. Visava unificar "índios" (pensados genericamente, e incluindo os funcionários "índios") contra "brancos", representando uma inversão ideológica no sentido de que pregava uma unidade vista como imaginária pelos agentes sociais que viviam relações contraditórias. Negava a situação de extrema desigualdade entre funcionários "índios" e "índios" Waimiri-Atroari, além daquela criada

Acervo ISA

pela FUNAI dentro da sociedade Waimiri-Atroari entre os "capitães" e os demais Waimiri-Atroari.

O chefe da AESP apresentou a antropóloga para o GT como ex-funcionária da FUNAI, demitida por haver insistido em defender as terras dos Waimiri-Atroari contra os interesses da empresa mineradora. Enquadrava-a no que Oliveira Filho e Almeida (1989: 26) classificam como um perfil de atuação considerado como paradigmático, como indigenista, apesar dela não haver realizado um período longo de pesquisa de campo nesta área. Oliveira Filho e Almeida (1989:35) ressaltam que o referencial que ocupa a lacuna "propiciada pela não aplicação dos procedimentos habituais da antropologia" em GTs parece ser "o indigenismo, que como um conjunto de saberes práticos e um discurso com efeitos ideológicos, acaba por nivelar e homogeneizar o comportamento do antropólogo (e de outros técnicos) com o do indigenista".

Durante os dias passados na área e na delegacia regional da FUNAI, a heterogeneidade dos membros do GT conduziu ao que Oliveira Filho e Almeida chamam "...uma tendência no sentido de anular as competências específicas (divergentes) e instaurar uma linguagem compartilhada por todos, algo que mais corresponde a um mínimo denominador comum, remetendo geralmente a esse conjunto de saberes práticos e uma ideologia protecionista formal e genericamente admitidas pelo órgão indigenista" (1989:26). Essa linguagem refletia, também, o relacionamento entre os membros do GT e os interesses de cada um, inclusive dos Waimiri-Atroari que participavam dentro do espaço que a FUNAI lhes permitia como "índios" e "capitães", sujeitos ao discurso de dominação dos outros membros. O capitão principal, Dalmo, tentou excluir do GT o capitão Miguel de Abonari e outros Waimiri-Atroari para monopolizar, junto com seu irmão Dario, a participação Waimiri-Atroari. Delegou Dario para transmitir suas ordens para os Waimiri-Atroari nos aldeamentos do rio Camanaú.

O uso constante da retórica indigenista passou a ser o critério principal aceito pela maioria dos membros do GT para avaliar a capacidade de cada membro e seu potencial para participar das decisões sobre a política a ser adotada para o território indígena. Alguns membros do GT que estabeleceram uma comunicação animada ente si através dessa retórica, passaram a elogiar certos técnicos indigenistas e funcionários conforme seu desempenho em veicular a retórica, decidindo os postos indígenas onde seriam alocados. O chefe da AESP expressou uma opinião favorável quanto a certos funcionários da FAWA que ostentavam uma retórica indigenista que combinava com o seu. Elogiou um servidor por ser "índio também", reiterando uma postura já enraizada nesta Frente de Atração e manipulada por alguns funcionários índios.

A linguagem protecionista desenvolveu-se entre alguns membros deste GT num discurso milenarista de inverter, verbalmente, a situação de colonizados em que os Waimiri-Atroari se encontravam. Esta linguagem agia como diacrítico identificador de alguns membros, que repetiam clichês como "Entrar na luta", "Estamos na luta", "Recuperar a cultura deles", e "Conscientizá-los", que os capitães e jovens Waimiri-Atroari assumiam para

agradá-los e assim tentar ganhar os seus favores. Já estavam familiarizados com este gênero de retórica usado por alguns funcionários na área.

Após certos membros do GT ressaltarem para os Waimiri-Atroari a ameaça que a empresa mineradora representava para o que sobrou da área indígena, criticando a fala daqueles funcionários da FAWA que incentivavam uma dependência da mineradora, o capitão Dario arremedou as palavras e atitudes cotidianas daqueles servidores, ao gracejar com os membros do GT que estavam tentando "conscientizá-lo". Enunciava frases como: "O rádio não presta. Eu vou buscar outro lá na Taboca". Quando um funcionário levou um colega doente do Posto Indígena Alalaú Primeiro para a BASE da FUNAI, Dario avisou: "Eu vou também. Eu FUNAI... Eu vou passar direto para a Taboca da FUNAI".

Ao parodiar a fala dos servidores como faziam certos membros do GT, Dario reafirmava a atitude que estes exigiam dele, para eles comprovarem a si mesmos que seu discurso indigenista didático para os Waimiri-Atroari estava surtindo o efeito desejado. Como sempre, o capitão Dario mostrava-se hábil mediador nos discursos correntes da FAWA, contextualizando cada discurso para satisfazer a pessoa a que se dirigia. Ao ser apresentado com um discurso "conscientizante", Dario participava do papel exigido dele como "índio conscientizado", sujeito a outra forma de discurso de dominação que o moldava verbalmente através das relações de sujeição-dominação que a fala estabelecia entre os membros do GT e ele. Assumia o discurso de "índio indigenista" como, em outras situações, o de "índio civilizado", "caboclo", e outros, conforme dele exigido e segundo a espécie de relacionamento que queria travar com o outro, dentro dos contextos de dominação criados pelos agentes da sociedade nacional.

Um técnico indigenista repreendeu os Waimiri-Atroari de um aldeamento por escutar um jogo de futebol. O capitão Dario aprovou a repreensão e passou a traduzir para os demais Waimiri-Atroari as palestras didáticas do técnico indigenista, proferidas num português modificado "para índio": "Tem valor terra de Waimiri-Atroari. Agora `stá tudo chegando. E aqui carvão embaixo da terra... Waimiri vai precisar muito desta terra...". Dario exercia o seu poder de capitão, assumindo uma postura didática frente aos outros Waimiri-Atroari. Quando o técnico se cansou de pregar seu indigenismo didático, anunciou que queria gravar cantos dos Waimiri-Atroari. Dario deu ordens para os habitantes do aldeamento dançar e cantar para os membros do GT.

Quase todos os membros do GT estabeleceram uma relação didática com os Waimiri-Atroari. Um representante de um órgão do governo "ensinava" cantos para Dario, e outro membro "ensinava" a confeccionar xarope para tosse, de cebola e alho. Outro "ensinava" a Dalmo e Dario que eles "Não podem deixar fazendeiro entrar... Não pode, não!", durante uma visita do GT ao posto indígena Jundiá. Ao estabelecer uma relação didática, davam continuidade à atuação dos funcionários da FAWA.

A antropóloga, aparentemente decepcionada com minha falta de participação na retórica indigenista, dirigiu-se a mim: "Você

Acervo ISA

tem que assumir! O (chefe da AESP) pensa que você veio da Inglaterra só para fazer pesquisas bonitas. Você tem que assumir, ajudar, pôr em prática a antropologia para melhorar a alimentação deles". O missionário também declarou: "Um cara que entende não fica só fazendo pesquisa". A antropóloga prescrevia que haveria de fazer de Dalmo "líder" e "chefe" e ensiná-lo o que faz um "chefe" em outros grupos. Informou-me de que era um trabalho mais indigenista do que antropológico. Falava em "recuperar a cultura deles", sugerindo que seria necessário mandá-los confeccionar cerâmica como faziam no passado, e "recuperar a identidade deles", reiterando que o chefe da AESP "acha que você só quer ficar aqui fazendo pesquisa. Tem que aplicar a sua antropologia!".

O pesquisador, como nunca antes, se encontra num enredo de interesses conflitantes e contraditórios, com o surgimento de alguns indigenistas que se posicionam em oposição aos etnólogos através de discursos centrados na oposição "nós indigenistas" / "vocês antropólogos", visando legitimar-se através de uma dicotomia falsa inventada por eles entre ação/teoria, muitas vezes expressa como "nós indigenistas que fazemos alguma coisa para os índios"/"vocês antropólogos que ficam no seu casulo, teorizando em gabinetes". Na situação de encapsulamento e controle em que se encontram populações indígenas como os Waimiri-Atroari, essas atitudes são transmitidas para os indígenas incorporados em cargos criados pela administração e subordinados a ela. Tais atitudes e filosofias são recebidas por estes indígenas como ordens a ser obedecidas como parte de suas atribuições e, assim, como parte de uma versão oficial que define a "realidade" (como deveria ser) para a população indígena.

Desde as primeiras reuniões, o delegado regional da FUNAI defendia a implantação de projetos pecuários. Insistia: "Eles já têm a idéia de criar boi... Temos que ter muito cuidado de desestimular os interesses já enraizados". A partir de 1983, a Paranapanema estava propondo financiar projetos pecuários para os Waimiri-Atroari, visando fixá-los em fazendas-modelo para facilitar o avanço da empresa mineradora sobre o que sobrou do território indígena (Baines, 1991a:99-103; 163-166). Um militar, capitão do 6º BEC, que acompanhava o general Euclydes de Oliveira Figueiredo e representantes da Paranapanema em suas visitas à esta área indígena, organizou reuniões em Manaus em 1983, apoiando a proposta da Paranapanema de financiar a implantação de fazendas-modelo em troca de autorização para realizar pesquisa e lavra de mineração dentro da área indígena através de acordos diretos entre a empresa e os capitães Waimiri-Atroari com o pagamento de royalties. Argumentava que tal proposta "comprovaria" que "pode haver uma convivência harmônica entre empresas mineradoras de lavra mecanizada e índios". Propôs, também, uma Portaria para permitir a pesquisa e lavra por empresas mineradoras privadas em áreas indígenas. Desde então, funcionários da FUNAI, inclusive este delegado (Baines, 1991a:176-177), vinham alimentando expectativas de criar gado. No final da estada do GT na área, a antropóloga, que no início do GT mostrava uma atitude crítica

Acervo ISA

quanto ao indigenismo da FAWA e aos projetos que transformaram radicalmente a vida dos Waimiri-Atroari, mostrou-se a favor da implantação, com a participação de técnicos, de projetos para a criação de vacas leiteiras em escala pequena. Terminou, afirmando, junto com o engenheiro cartógrafo, que "O capitalismo é uma solução!".

Alguns participantes apresentaram uma proposta de demarcação no final do GT. A proposta, que exigia a reincorporação dos afluentes do rio Alalaú desmembrados da área indígena por Decreto Presidencial em novembro de 1981, onde a Mineração Taboca (Paranapanema) estava realizando lavra mecanizada e poluindo este rio, não foi implementada. Pouco tempo após a volta a Brasília, o chefe da AESP foi demitido da FUNAI e os trabalhos do GT foram encerrados. O Programa Waimiri-Atroari (FUNAI/ELETRONORTE), que assumiu a administração indigenista em 1987, demarcou e homologou uma área parecida com a proposta deste GT, sem, entretanto, reincorporar os afluentes ocupados e poluídos pela mineradora [25].

Minha pesquisa foi proibida em 1989 (Baines,1992), através de uma campanha de informações falsas a meu respeito divulgadas por certos funcionários entre os Waimiri-Atroari, para fazer parecer que a decisão partiu dos próprios índios, como se estivessem exercendo o seu direito de autodeterminação. Essa manipulação, e os "Termos de Compromisso" e "Declaração" assinados por alguns capitães Waimiri-Atroari e representantes da Paranapanema, junto com o gerente do Programa e o mesmo delegado (já superintendente) da FUNAI, favorecendo o avanço da Paranapanema sobre todo o território indígena, revelam que a administração indigenista atual segue o mesmo estilo autoritário da FAWA, de uma instituição total que "capturou" os Waimiri-Atroari. Revela uma nova estratégia das grandes empresas de mineração em colaboração com o Estado - favorecer a demarcação e homologação da área indígena e exercer seu poder econômico para aliciar as novas lideranças indígenas, com a conivência da FUNAI, para assinar acordos diretos entre as comunidades indígenas e as empresas, em nome de uma "autodeterminação indígena".

Assim, o Programa Waimiri-Atroari conseguiu demarcar e homologar uma área indígena para os Waimiri-Atroari e, com um

---

[25] A demarcação e homologação da área em si não garante as terras indígenas, considerando que empresas mineradoras do Grupo Paranapanema estão aliciando alguns Waimiri-Atroari a assinar Termos de Compromisso que permitem o avanço da empresa mineradora sobre o território indígena em troca de royalties, com a conivência de alguns funcionários da FUNAI. Começando com um "Termo de Compromisso" assinado em 26.08.86, seguem, entre outros documentos, uma "Declaração" de 15.05.87, e o "Termo de Compromisso Nº.001/89" de 24.06.89, entre a Mineração Taboca S.A. (Paranapanema) e os Waimiri-Atroari. O gerente do Programa Waimiri-Atroari e superintendentes regionais da FUNAI assinaram estes documentos como testemunhas.

Acervo ISA

grande investimento de recursos financeiros, fornece um programa indigenista de assistência muito mais eficaz que o da FAWA, sobretudo na área de saúde. Entretanto, a atuação do Programa Waimiri-Atroari, ao exercer um controle empresarial sobre os Waimiri-Atroari, coaduna-se com os objetivos das empresas mineradoras e mesmo do Projeto Calha Norte, ao aplicar verbas para criar um modelo de indigenismo que, com porta-vozes indígenas que defendem os interesses das empresas num discurso de autodeterminação indígena, "comprova" que grandes projetos de desenvolvimento e índios podem "dar certo".

Acervo ISA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERT, Bruce. 1985 - Temps du Sang, Temps des Cendres: Représentation de la maladie, systeme rituel et espace politique chez les Yanomami du sud-este (Amazonie brésilienne). Thèse de Doctorat de l'Université de Paris X.

_____. 1988 - La Fumée du métal: Histoire et représentations du contact chez les Yanomami (Brésil). L'Homme 106-107, avril-sept., XXVIII (2-3), pp.87-119.

AMAZONAS (PROVÍNCIA). PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA. 1906-8 - Relatório da presidência da província do Amazonas desde a sua criação até a Proclamação da República, mandados collecionar pelo Governador Coronel Silvério José Nery e novamente publicados por ordem do Coronel Antônio Constantino Nery. 1852-1877. Rio de Janeiro; Typ. do "Jornal do Commercio" de Rodrigues & Cia. V volumes.

BAINES, Stephen Grant. 1990 - Les Waimiri-Atroari et la Compagnie Paranapanema: Chronique d'une expropriation officielle. Ethnies: Droits de l'homme et peuples autochtones, Vol. 5, nº 11-12, Survival International, Paris. pp.33-37.

_____. 1991a - "É A FUNAI QUE SABE": A Frente de Atração Waimiri-Atroari. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq/SCT/PR, Coleção Eduardo Galvão. (Adaptado da tese de doutorado, Deptº de Antropologia, Universidade de Brasília, 1988).

_____. 1991b - "Comprido": A Morte de um líder Waimiri-Atroari. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Antropologia. vol.6, nº2,pp.145-160.

_____. 1992 - A Política Indigenista Governamental e os Waimiri-Atroari: Administrações Indigenistas, Mineração de Estanho e a Construção de "Autodeterminação Indígena" Dirigida. Série Antropologia 126, Brasília: Deptº de Antropologia, UnB.

BANDEIRA, Alipio. 1926 - Jauapery. Manaus.

BARBOSA RODRIGUES, João. 1885 - Pacificação dos Crichanás, Rio Jauapery. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

BUTT COLSON, Audrey. 1966 - The Shaman's Legal Role. Revista do Museu Paulista Nº. 5 XVI, 1965/66: 151-186.

HÜBNER, Georg & KOCH-GRÜNBERG. 1907 - Die Yauapery, Georg Hübner, Manaus. Revisão crítica e introdução de Koch-Grünberg. Zeitschrift für Ethnologie. 1907, Heft 1 & 2 pp.225-248, Ano 39, Berlin.

Acervo ISA

NUGENT, Stephen. 1990 - Big Mouth: The Amazon Speaks. Fourth Estate, London.

OLIVEIRA, João Pacheco de. 1990 - "Segurança das Fronteiras e o Novo Indigenismo: Formas e Linhagem do Projeto Calha Norte". In OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). Projeto Calha Norte: Militares, índios e Fronteiras Rio de Janeiro: UFRJ; PETI - Museu Nacional, (Antropologia e Indigenismo; nº 1):15-40.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de & Alfredo Wagner Berno de ALMEIDA. 1989 - Demarcação e Reafirmação étnica: um ensaio sobre a FUNAI. In OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (org.) Os Poderes e as Terras Indígenas, PPGAS, Museu Nacional - UFRJ, comunicação nº14, pp.13-75.

PAYER, Richard. 1906 - Reisen im Jauapery - Gebiet. Petermanns Geogr. Mitteilungen. Heft X. Gotna, pp.217-222.

RAPPAPORT, Joanne. 1990 - The Politics of Memory: Native historical interpretation in the Colombian Andes - (Cambridge Latin American Studies). Cambridge University Press.

RIVIÈRE, Peter. 1969 - Marriage Among the Trio: A Principal of Social Organization. Oxford: Clarendon Press.

_____. 1970 - "Faction and Exclusion in Two South American Village Systems". In Mary DOUGLAS (organizadora) Witchcraft Confessions and Accusations. ASA Monographs 9. London: Tavistock Publications Ltd. Capítulo 11 pp. 245-255.

_____. 1984 - Individual and Society in Guiana: A Comparative Study of Amerindian Social Organization. Cambridge Studies in Anthropology 51. Cambridge University Press.

ROSALDO, Renato. 1980 - Ilongot Headhunting 1883-1974: A Study in Society and History Stanford, California. Stanford University Press.

SEEGER, Anthony. 1981 - Nature and Society in Central Brazil: The Suya Indians of Mato Grosso. Harvard Studies in Cultural Anthropology, 4. Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts and London, England.

SILVA, Márcio. 1990 - Taxa de crescimento da População Waimiri-Atroari cai nos últimos quatro anos. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo. Ms.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo, e Lúcia M. M. de ANDRADE. 1988 -

Acervo ISA

"Hidrelétricas do Xingu: O Estado contra as Sociedades Indígenas". In SANTOS, Leinad Ayer de O. e Lúcia M. M. de ANDRADE (organizadoras) As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas. Comissão Pró-índio de São Paulo. pp.7-23.